

# ÍNDICE

|                  |     |
|------------------|-----|
| PREFÁCIO .....   | XV  |
| INTRODUÇÃO ..... | XIX |

## **CAPÍTULO I**

### **O CONHECIMENTO, A LINGUAGEM E O “DIREITO”**

|   |    |
|---|----|
| 1.1 Linguagem e realidade – O giro lingüístico .....  | 1  |
| 1.2 Conhecimento, conhecimento científico e linguagem.....                                    | 5  |
| 1.2.1 Conhecimento e linguagem .....  | 5  |
| 1.2.2 O conhecimento científico .....   | 7  |
| 1.2.2.1 A linguagem científica – a linguagem do jurista .....                                 | 7  |
| 1.2.2.2 O método – a regra do jogo científico.....  | 8  |
| 1.2.2.3 Delimitação do objeto de estudo – o corte metodológico .....                          | 11 |
| 1.3 O Problema da verdade e o giro lingüístico .....  | 13 |
| 1.4 Ciência, direito e linguagem – (direito como bem cultural – o dado e o constituído) ..... | 18 |
| 1.5 O conhecimento jurídico – a retomada do corte metodológico.....                           | 22 |

## **CAPÍTULO II**

### **SOBRE OS CONCEITOS DE “DIREITO” E SISTEMA**

|   |    |
|---|----|
| 2.1 Colocação do problema .....   | 25 |
| 2.2 O conceito e a linguagem .....  | 26 |
| 2.3 O conceito de direito .....   | 30 |
| 2.3.1 A ambigüidade, a vaguidade e a carga emotiva da palavra “direito”.....                  | 32 |
| 2.3.2 A problemática das definições e o conceito de direito.....                              | 38 |
| 2.3.3 As definições dos conceitos de direito e sua estipulação .....                          | 40 |
| 2.4 Sistema – noções propedêuticas .....  | 44 |
| 2.5 O sistema nomoempírico descritivo e o sistema nomoeempírico prescritivo.....              | 48 |
| 2.5.1 Características do sistema da ciência do direito e do sistema do direito positivo ..... | 49 |
| 2.6 Sistema estático e sistema dinâmico.....  | 52 |
| 2.7 A Unidade e a auto-referência do Sistema do direito Positivo.....                         | 55 |

## **CAPÍTULO III**

### **ANÁLISE DO DISCURSO**

|                                  |    |
|----------------------------------|----|
| 3.1 Enunciação e enunciado ..... | 59 |
|----------------------------------|----|

## **CAPÍTULO IV**

### **O JOGO DE LINGUAGEM DO SISTEMA DO DIREITO POSITIVO**

|   |    |
|---|----|
| 4.1 Os três subsistemas de manifestação do direito positivo e a estrutura da norma jurídica .....                       | 65 |
| 4.2 A norma secundária – norma de atuação judiciária.....   | 70 |
| 4.3 Norma de produção normativa, norma de comportamento e norma de revisão sistêmica – o jogo do direito positivo ..... | 76 |
| 4.3.1 As normas de produção normativa – normas de competências e normas de procedimentos .....                          | 80 |
| 4.4 Normas gerais e individuais, abstratas e concretas .....  | 88 |
| 4.4.1 O processo de positivação e o ato de aplicação .....  | 90 |
| 4.4.2 A incidência e a aplicação .....  | 95 |
| 4.4.3 A aplicação como efetivação da incidência .....   | 96 |

## **CAPÍTULO V**

### **AS FONTES DO DIREITO**

|   |     |
|---|-----|
| 5.1 Prolegômenos .....  | 101 |
| 5.2 A homogeneidade na produção normativa .....   | 102 |
| 5.3 O conceito de “fontes” e sua multissignificatividade – fontes psicológicas, fontes históricas, fontes sociológicas, fontes políticas e fontes para a dogmática jurídica ..... | 104 |
| 5.4 Colocação do problema – a crise do “antigo regime” .....  | 106 |
| 5.5 Análise doutrinária .....   | 107 |
| 5.6 A disputa verbal.....   | 119 |

## **CAPÍTULO VI**

### **OS DOCUMENTOS NORMATIVOS E OS VEÍCULOS INTRODUTORES DE NORMAS JURÍDICAS**

|  |     |
|--|-----|
| 6.1 O documento normativo como ponto de partida .....                  | 121 |
| 6.2 Documento normativo e a malsinada expressão “fontes formais” ..... | 123 |
| 6.3 A dualidade fonte-atividade e produto .....                        | 124 |
| 6.4 A estrutura do veículo introdutor .....                            | 127 |

## **CAPÍTULO VII**

### **A ENUNCIÇÃO COMO ATIVIDADE CRIADORA DO DIREITO**

|   |     |
|---|-----|
| 7.1 O fato social .....   | 133 |
| 7.2 O fato jurídico .....   | 134 |
| 7.3 Fato jurídico como expressão ambígua – o fato jurídico enunciado-enunciado e o fato jurídico enunciação-enunciada ..... | 136 |
| 7.4 O fato enunciação e o fato jurídico enunciação-enunciada. O fato enunciação como fonte.....                             | 138 |

|  |     |
|--|-----|
| 7.5 A hierarquia dos veículos introdutores .....   | 142 |
| 7.6 A lei, o costume, a jurisprudência e a doutrina .....  | 144 |
| 7.6.1 A lei .....  | 144 |
| 7.6.1.1 O princípio constitucional da estrita legalidade tributária.....   | 146 |
| 7.6.2 A jurisprudência.....  | 147 |
| 7.6.2.1 “Os juízes criam direito?” .....   | 150 |
| 7.6.2.2 O problema das súmulas.....  | 153 |
| 7.6.3 O costume .....  | 156 |
| 7.6.3.1 As dificuldades do tema e os limites da inquirição.....  | 156 |
| 7.6.3.2 O costume social e o costume jurídico – costume <i>secundum legem</i> e costume <i>praeter legem</i> ..... | 157 |
| 7.6.3.3 O costume como fonte.....  | 159 |
| 7.6.3.4 O costume no direito tributário e o artigo 100, inciso III, do Código Tributário Nacional .....            | 162 |
| 7.6.4 A doutrina .....   | 164 |

## **CAPÍTULO VIII**

### **A VALIDADE E OS PLANOS DE INVESTIGAÇÃO DA LINGUAGEM DO DIREITO POSITIVO**

|   |     |
|---|-----|
| 8.1 A validade como característica definitiva do conceito de direito e as normas sobre produção normativa .....             | 167 |
| 8.2 A validade como conceito plurívoco .....  | 168 |
| 8.3 A eleição dos critérios de validade e os prismas sintático, semântico e pragmático do sistema do direito positivo ..... | 171 |
| 8.3.1 Validade e o ponto de vista sintático .....   | 171 |
| 8.3.2 Validade em sua perspectiva semântica .....   | 172 |
| 8.3.3 Validade e o ângulo pragmático .....  | 174 |
| 8.4 As visões estática e dinâmica da produção normativa e a incorporação de normas produzidas irregularmente .....          | 176 |

## **CAPÍTULO IX**

### **FONTES DO DIREITO TRIBUTÁRIO E ANÁLISE DE CASOS CONCRETOS**

|  |     |
|--|-----|
| 9.1 As classificações dos veículos introdutores.....   | 181 |
| 9.1.1 Instrumentos primários e instrumentos secundários.....   | 181 |
| 9.1.2 Veículos introdutores de normas do legislativo, do judiciário, do executivo e dos particulares.....    | 183 |
| 9.2 A Lei n. 9.718/98 e a COFINS – problemas emergentes .....  | 185 |
| 9.2.1 O veículo introdutor – Lei n. 9.718/98 – e sua estrutura .....   | 187 |
| 9.2.2 O vício na enunciação legislativa da Lei n. 9.718/98 – a alteração do enunciado–enunciado na conversão |     |

|  |     |
|--|-----|
| da Medida Provisória n. 1.724/98 na Lei n. 9.718/98.....   | 188 |
| 9.2.3 O fundamento de validade e a espécie de veículo<br>introdutor inadequados .....  | 192 |
| 9.2.4 A edição da Emenda Constitucional n. 20 de 15/12/98<br>e a atordoada tentativa de “reparar o irreparável”<br>– a Lei n. 9.718/98 ..... | 195 |
| 9.2.5 Vício na enunciação da Emenda Constitucional<br>n. 20/98 .....   | 197 |
| 9.2.6 Sinopse conclusiva.....  | 199 |
| 9.3 Os tratados internacionais e a norma de incorporação .....   | 202 |
| 9.3.1 O artigo 98 do Código Tributário Nacional e o simu-<br>lacro da “hierarquia dos tratados”.....   | 205 |
| 9.4 Os convênios estaduais e a validade na ordem interna de<br>cada Estado-membro .....  | 207 |
| CONCLUSÃO .....  | 211 |
| BIBLIOGRAFIA .....   | 227 |